

1 TRANSCRIÇÃO DA ATA DA 3ª
2 REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
3 DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL,
4 REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO
5 DE 2022.

6 Às 14h10min, inicia-se a terceira reunião ordinária da Câmara de Compensação
7 Ambiental, com o som inaudível e após toma a palavra a palavra da Sra. Letícia Salomão.
8 A Sra. Letícia Salomão:- Então, boa tarde a todos. Estão me escutando?. Então, boa tarde
9 a todos. A gente já vai aumentar, só um pouquinho. Então, boa tarde a todos. Vou dar
10 início à nossa terceira reunião ordinária da Câmara de Compensação Ambiental.
11 Primeiro, então, vou fazer a conferência dos presentes: Altamir está presente, a Ana Paula,
12 a Dani Tortato está presente? A Sra. :- Acho que a Dani não está. A Sra. Letícia Salomão:-
13 A Dani Prim está presente e Fadel presente. Então, temos quórum para a nossa reunião.
14 Então, dia 02/02/22, a Schirle, a nossa Secretária Executiva, encaminhou pra todos, por
15 e-mail, essa convocação pra esta reunião e dia 08/02 mandou o link da reunião. Além do
16 que, ela mandou a Ata da reunião que a gente fez anteriormente, a primeira reunião
17 extraordinária. Aí pergunto se alguém tem alguma manifestação, querem alguma
18 modificação na Ata da Câmara, desta da primeira reunião extraordinária? Que foi
19 realizada no dia 10/11/2021. (Pausa). Bom, então, como ninguém se manifestou está
20 APROVADA. E, para darmos início a essa nossa terceira reunião ordinária, vou passar a
21 palavra à nossa Secretária Executiva da Câmara, Schirle, que tem algumas ponderações
22 pra fazer. A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco:- Perfeito. Boa tarde a todos.
23 Importante apenas fazer alguns registros técnicos a respeito das nossas reuniões e que
24 estão degravadas, já estão no nosso site, desculpa, do Instituto Água e Terra. E gostaria
25 apenas de fazer uma breve menção para que seja entendido, digamos assim, que na
26 segunda reunião nossa ordinária de 14, que nós tivemos realizada... A Sra. Ana Paula
27 Liberato:- Oi, o som está mudo. A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco:- O som está
28 mudo? A Sra. :- Para mim também ficou mudo. A Sra. Letícia Salomão:- Só um
29 pouquinho, a Schirle vai falar. A Sra. Ana Paula Liberato:- Letícia, está escutando nós?
30 A Sra. Letícia Salomão:- Aham. Aqui na sala todos estamos escutando. A Sra. Schirle
31 Margaret dos Reis Branco:- Vocês estão ouvindo agora? Boa tarde. Alô? Vou tirar a
32 máscara. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Aí, Schirle, fala agora. A Sra. Letícia Salomão:-
33 Não está saindo? A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco:- Alô? Alô? Alô? Vocês estão

34 me ouvindo? A Sra. Ana Paula Liberato:- Agora estamos escutando. A Sra. Schirle
35 Margaret dos Reis Branco:- Ah, obrigada, então. Vamos iniciar. A Sra. :- Nós estávamos
36 escutando, quando a Letícia começou a falar, aí ficou mudo. A Sra. Letícia Salomão:- Ah,
37 tá. Então, vou retornar, complementar. Eu só informei o seguinte: foi enviado por e-mail,
38 dia 02/02/22, essa convocação pra essa nossa terceira reunião ordinária e, além do que,
39 foi repassada a Ata pra vocês da primeira reunião extraordinária, que foi realizada em
40 10/11/2021. E daí eu queria saber se tem algum complemento, alguma modificação que
41 vocês querem que seja realizada na Ata. (Pausa). Bom, então, como ninguém se
42 manifestou está APROVADA a Ata então da nossa primeira reunião extraordinária. E
43 agora vou passar a palavra para a Schirle, a nossa Secretária Executiva, que tem algumas
44 ponderações a fazer. A Sra. Schirle Margaret dos Reis Branco:- Boa tarde a todos. Então,
45 a importância apenas deixar alguns registros técnicos que as nossas Atas estão registradas
46 no site do Instituto Água e Terra e que uma das nossas reuniões que já passou, que foi a
47 segunda reunião ordinária, de 14 de setembro de 2021, algumas questões são importantes
48 para que nós possamos deixar claro algumas posições técnicas, que a Diretoria de
49 Patrimônio Natural já vem realizando. No final de 2020, foi instituído um grupo de
50 trabalho aqui pela Diretoria e pela nossa Gerência de Áreas Protegidas, para que fosse
51 feito um trabalho sobre as questões de recategorização de unidades de conservação. Neste
52 momento quero deixar registrado que temos uma situação bem peculiar com o Horto
53 Florestal Refúgio de Vida Silvestre de Jacarezinho. Com o trabalho do GT, foi feito um
54 trabalho bastante intenso e no dia 19 de maio de 21, com a vistoria em campo, com os
55 colegas em campo, com o gerente da unidade e o chefe regional do Instituto Água e Terra,
56 foi verificado algumas questões importantes e que passa a compor o relatório da GEAP,
57 um relatório que foi dirigido ao Diretor Rafael, em que a situação do Horto Florestal
58 Refúgio de Vida Silvestre tem algumas características que eu vou brevemente passar.
59 Primeiro esta questão do Horto, em 1979, uma área foi destinada, então, à época, para o
60 Instituto Água e Terra hoje, e esses registros todos compõem como Horto Florestal. Esse
61 Horto Florestal teve, em 1991, o primeiro plano de manejo. Esse plano de manejo
62 apontava pra duas questões, esse Horto poderia ser um parque e poderia ser um Refúgio
63 de Vida Silvestre. Então, foi decidido, com uma revisão do plano de manejo, em 2006,
64 que devesse ser um Refúgio de Vida Silvestre. Muito bem, ficou aí definido, aí a gente
65 sabe que é preciso que tenhamos sempre um plano de manejo homologado, foi
66 homologado, sim, em 2007, através de uma portaria. Porém, porém, o Artigo 40, do
67 Decreto 4.340/2002, coloca muito claramente o regulamento do SNUC que todo ato

68 normativo deva ser mesmo nível hierárquico que criou aquela unidade. Portanto, deveria
69 ser um decreto e não uma Portaria. Para tanto, a nossa gerência, o nosso diretor, toma
70 conhecimento de todo esse relatório e concluímos que, tecnicamente, esse Horto não foi
71 adequado nos seus registros protocolares e atos normativos e ele continua sendo então um
72 viveiro florestal. Neste momento há de se entender que viveiro florestal não é uma
73 unidade de conservação. Logo após esses entendimentos é que se toma uma decisão, que
74 a nossa Chefe de Divisão de Medidas Compensatórias vai explicar logo após o porquê,
75 então, de algumas decisões no tocante às medidas compensatórias deste Horto Florestal
76 Jacarezinho. Eu faço isso porque eu entendo que tudo deva ser claramente posto. Ficou
77 um pouco não muito bem entendido lá na segunda reunião do dia 14/09. Então, esse é um
78 registro importante, entendimento técnico, entendimento jurídico e entendimento para
79 que a Diretoria de Patrimônio Natural consiga estabelecer as suas decisões, os seus
80 regramentos que é importante no entendimento de unidades de conservação. Já aproveito
81 e faço mais um entendimento técnico. Também, nessa reunião, é preciso dizer que essa
82 Diretoria toma para si a responsabilidade de colocar a público um edital para contratação
83 de planos de manejo. Estamos vivenciando isso neste momento, os planos de manejo
84 estão sendo, passaram, e o Fadel sabe muito bem, por um processo de licitação. Os
85 técnicos já fizeram a sua análise e nesse momento estamos vivenciando esse momento,
86 não é Fadel?, que o edital de concorrência com os planos de manejo estão aí sendo vividos
87 desde o final de 2021 e início 2022. E os planos de manejo continuarão sendo de
88 responsabilidade do Instituto Ambiental do Paraná, porém, com contratos de empresas
89 que entraram no processo vão se responsabilizar pela elaboração, pela aplicação de todas
90 as medidas acompanhadas evidentemente pelo Instituto Água e Terra, no caso aqui pela
91 Diretoria do Patrimônio Natural. Nesse sentido, as empresas que por um acaso houver
92 passando por um processo de concessão, essas concessionárias elas vão sim cumprir os
93 atos do plano de manejo que o Instituto Água e Terra é responsável. Então, daqui a pouco
94 vamos vivenciar isso e no decorrer vamos saber como esses trabalhos, junto às
95 concessionárias, já acontece com o Parque Estadual Vila Velha e que estão cumprindo lá
96 com o plano de manejo, e as previsões que futuramente ocorrerão vão fazer em parceria
97 com o Instituto Água e Terra, porém, o compromisso é do Instituto Água e Terra. Apenas
98 uns detalhes técnicos que eu acho importante que os registros fiquem, porque a
99 degravação está sendo feita e cada um que sentir que tem alguma incoerência, algum
100 equívoco ou alguma situação, poderá procurar nas outras Atas que nós estaremos fazendo
101 esses registros para que fique tudo esclarecido. Obrigada, Letícia. A Sra. Letícia

102 Salomão:- Obrigada, Schirle. Então, é importante a Schirle fazer essas ponderações,
103 porque às vezes a gente vai falando e vai ficando confuso ou até a gente acaba distorcendo
104 alguma informação, como essa questão que a Schirle falou dos planos de manejo em
105 unidades que têm a questão que elas são concessionadas. E também, anteriormente, essa
106 questão do Horto Florestal, né, que hoje em dia ainda é chamado de Horto Florestal de
107 Jacarezinho. Só quero lembrar a todos que a gente tá fazendo, a Diretoria do Patrimônio
108 Natural juntamente com a Sedest, a questão do Sistema Estadual de Unidades de
109 Conservação. Então, a nossa ideia é sim, por mais que já tenha sido feita a recategorização
110 em relação à proposta de recategorização por esse grupo de trabalho que a Schirle fez
111 parte e apresentou, a ideia é como está sendo discutido ainda o SEUC estejam essas
112 adequações. Então, por isso que ele ainda não foi, não teve o parecer final das três
113 gerências aqui, né, em relação a esse relatório da recategorização e agora já tá na Sedest,
114 vai para o jurídico acho que esta semana essa questão do Sistema Estadual de Unidades
115 de Conservação. Agora, voltando aqui à nossa pauta de hoje, então, eu vou passar pra
116 Polyana, que é a nossa Chefe de Divisão de Medidas Compensatórias e Uso Público, pra
117 falar a pauta de hoje. A Sra. Polyana Silva Pereira:- Boa tarde, pessoal. Todos me
118 ouvindo? A Sra. Ana Paula Liberato:- Sim, eu estou ouvindo. A Sra. Polyana Silva
119 Pereira:- Ok. Quem vai passar os slides? Só um pouquinho. A Sra. Polyana Silva Pereira:-
120 Bom, pessoal, então vamos dar início à nossa pauta de hoje, né, para deliberação dos
121 termos de compromisso de compensação ambiental. A primeira etapa já foi realizada, que
122 é a aprovação da Ata da primeira reunião, né, que foi realizada dia 10/11/2021. Nós vamos
123 discutir agora o informativo dos termos substitutivos, que foi também uma das pautas da
124 nossa reunião passada; um informativo sobre os termos de quitação de compensação
125 ambiental, que foram os termos que foram apresentados na reunião passada, né, vou
126 passar pra vocês quem que já fez o pagamento, né, os termos que já foram emitidos e
127 publicados; e uma deliberação sobre os novos termos de compromisso, que são dez novas
128 contas que nós abrimos, né, dessas empresas que estão, desses empreendimentos,
129 empresas, que estão listados aí abaixo, tá, onde eu vou passar pra vocês novamente os
130 valores, tudo certinho, que foi realizado o cálculo. Então, nós temos três momentos. Aqui
131 eu só queria, a título de informação, né, dizer que nós estamos cumprindo a aplicação dos
132 recursos, né, a regularização fundiária. Então, nós estamos com quinze milhões em conta
133 para fazer o levantamento dominial das áreas que precisam de regularização; a elaboração
134 e a revisão dos planos de manejo, então, nós estamos realizando treze planos de manejo,
135 também está em andamento; e aquisição de bens e serviços, que a gente acaba fazendo

136 isso mais diariamente, né, uso contínuo pra manutenção das unidades. Então, vamos lá.
137 Isso já foi discutido, essa questão dos termos substitutivos, que são a Klabin, a UEG
138 Araucária, Uirapuru Transmissora de Energia, Copel - Geração e Transmissão e a
139 Companhia Brasileira de Alumínio, a gente discutiu sobre os valores antigos, né, os
140 valores que estão em conta, sem uso, que perderam objeto de aplicação. Na reunião
141 passada, né, foi sugerido que nós entrássemos, fizesse uma reunião, entrássemos em
142 contato com as empresas e fizesse uma reunião com elas pra que a gente esclarecesse que
143 teve o termo substitutivo, considerando a necessidade do termo substitutivo, considerando
144 que os termos de compromisso perderam parte do objeto de aplicação. Então, você pode
145 ver ali que nós mandamos uma notificação e ofício para todas as empresas, fizemos uma
146 reunião de esclarecimento com os gestores de cada uma delas, abrimos o E-Protocolo
147 com a parte da reunião, né, com a data da reunião certinho, a justificativa que nós
148 apresentamos para a empresa do porquê que nós estávamos alterando os termos
149 substitutivos, o que estávamos alterando, né, porque muitos objetos permaneceram e
150 alguns foram trocados, né, então a gente agora tá na fase de assinatura e fechamento
151 desses termos. Já foi enviado uma minuta do termo substitutivo pra as empresas, as
152 empresas estão passando pro jurídico de cada uma para que eles façam as considerações,
153 né, tá tudo certinho; a Klabin já assinou o termo substitutivo, já concordou com a mudança
154 do plano de aplicação; e as demais ainda esse mês eu acredito que elas já entrem em
155 contato com a gente, só estão demorando um pouquinho mais mesmo, porque cada
156 empresa tem o seu trâmite interno e precisa passar pelo jurídico deles também, né, pra ver
157 se tá tudo nos conformes. Então, hoje a gente já teve um retorno da Araucária, da Uirapuru
158 e da Copel, onde eles disseram que uma parte do jurídico já tinha dado ok, então
159 provavelmente na próxima reunião já vai tá tudo verdinho aí, e eu posso apresentar pra
160 vocês como era e como ficou todos os termos substitutivos. Daí a gente finaliza toda essa
161 parte dessa gestão das contas passadas e passa a mexer só com as contas novas. E o
162 segundo informativo são sobre os termos de quitação de compensação ambiental. Então,
163 a Rodonorte, a Hidrelétrica Germânia do Verde, a Gralha Azul Transmissão de Energia
164 e a PCH Geração de Energia elas já fizeram depósito dos valores devidos, já assinaram o
165 termo de compromisso, já foi emitido o termo de quitação e já foi publicado no Diário
166 Oficial, tá, no dia 31/01/2022, tá ali a Edição n.º 11.107. Então, tá tudo certinho,
167 publicado. Agora o nosso próximo passo vai ser fazer a reunião com o Conselho Estadual
168 do Meio Ambiente pra apresentar para eles, né, que todas as fases já foram cumpridas e
169 assim que nós começarmos a gastar esses recursos, né, a gente começar apresentar uma

170 prestação de contas aí do que tá sendo realizado com cada um deles. Os que não estão aí,
171 gente, é porque ainda estão em fase de negociação ou ainda não pagaram, tá, mas isso a
172 gente traz pra vocês na próxima reunião. Então, aqui nós entramos com as novas dez
173 contas abertas, nós estamos fazendo de dez em dez tanto para não pesar o financeiro
174 quanto pra nossa equipe aqui ter o domínio certinho das contas, o que tá entrando, o que
175 tá saindo. Então, agora, nós estamos com dez contas, o que são elas: a primeira, Cattalini
176 Terminais Marítimos, tá, o número do protocolo ali para todos vocês verem, o valor da
177 compensação ambiental é R\$ 215.543, 29 (duzentos e quinze mil, quinhentos e quarenta
178 e três reais e vinte e nove centavos), já tá com atualização do IPCA-E, né, o percentual
179 dela foi 0,21%, agência e conta também já foi aberta, tá ali certinho pra vocês olharem, a
180 deliberação do GT foi feita pela Nara, né, que é a PSS, e já adianto, porque foi um dos
181 temas questionados pela Doutora Ana Paula na reunião passada, o nosso Presidente tá
182 assinando então os valores, né, como servidor necessário, né, servidor efetivo necessário,
183 então a gente tá passando para ele assinar, doutora. Alguma dúvida? E a aplicação dos
184 recursos no caso ela tá ficando aberta, tá, pra realização de diversas ações de criação,
185 planejamento, implementação das unidades de conservação. Então, lembrando que
186 qualquer dinheiro que a gente for gastar vai vir a prestação de conta certinho nas reuniões
187 do que foi que a gente já utilizou, tá bom? Então, a número dois, é a São Luiz Energia
188 S/A, o valor da compensação é R\$ 778.284,05 (setecentos e setenta e oito mil, duzentos
189 e oitenta e quatro reais e cinco centavos), o percentual foi 0,3%, a deliberação também
190 foi feita pela Nara, PSS, e a aplicação também está de forma aberta; a Pampeana Energia
191 Ltda., o valor da compensação ambiental é de R\$ 24.663,13 (Vinte e quatro mil,
192 seiscentos e sessenta e três reais e treze centavos), o percentual é de 0,28%, a deliberação
193 foi feita pela Juliana, a Nara e a Roseli, que são as PSSs, e a aplicação de forma aberta; a
194 CGH Bandiera Ronfim, o valor da compensação é de R\$ 12.445,74 (Doze mil,
195 quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), o percentual 0,2%, a
196 deliberação feita pela Juliana, a Nara e a Roseli, e a aplicação de forma livre; o termo
197 Dois Saltos Empreendimentos, o valor da compensação é de R\$ 213.830,43 (Duzentos e
198 treze mil, oitocentos e trinta reais e quarenta e três centavos), a deliberação pela Juliana,
199 a Nara e a Roseli, a aplicação de forma aberta. Pessoal, vocês podem ver que a agência e
200 conta ali é uma própria para cada, tá, da forma que já era realizado antes. Eu não vou ficar
201 lendo todas as contas aqui, porque senão (pausa) mas depois a apresentação pode ser
202 mandada, vai ser mandada pra vocês no grupo, se alguém quiser fazer alguma
203 consideração, tudo certinho, tá, vocês vão ter acesso aí pra vocês. Então, a Saltinho

204 Energia, no valor da compensação de R\$ 137.924,81 (Cento e trinta e sete mil, novecentos
205 e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos), a deliberação pela Juliana e a Roseli, a
206 aplicação de forma livre; a Copel Distribuição S/A, com o valor da compensação de R\$
207 40.343,73 (Quarenta mil, trezentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos),
208 Juliana, a Nara e a Roseli também que deliberaram, a aplicação de forma livre; Tigre
209 Produção de Energia, valor de R\$ 130.686,93 (Cento e trinta mil, seiscentos e oitenta e
210 seis reais e noventa e três centavos), o percentual 0,2%, a Juliana e a Roseli também que
211 deliberaram, a aplicação de forma livre; Santana Energética Ltda., o valor da
212 compensação R\$ 66.742,18 (Sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e dois reais e
213 dezoito centavos), a deliberação pela Juliana e Roseli, a aplicação livre; e, por último, a
214 CGH Bom Retiro Geradora de Energia, valor da compensação R\$ 894,68 (Oitocentos e
215 noventa e quatro reais e sessenta e oito centavos), a Juliana, a Nara e a Roseli deliberaram,
216 e a aplicação de forma livre. Então, essas são as dez contas que nós estamos abertas agora,
217 tá, nós estamos fazendo então os termos do compromisso com essas dez empresas, eles
218 vão ter o prazo para pagamento e daí, na próxima reunião, a gente vem trazendo pra vocês
219 quem já pagou, que não pagou, um acatado geral e a finalização dos termos de
220 compromisso, que a gente espera que até a próxima reunião já esteja tudo assinado, tudo
221 certinho, pra gente fazer aquela apresentação final do que alterou, do que permaneceu pra
222 gente também montar a apresentação certinho pra fazer pro Conselho Estadual do Meio
223 Ambiente. Se alguém tiver alguma dúvida pode entrar em contato com a gente, a
224 apresentação de slides vai estar disponível, se alguém tiver alguma consideração estamos
225 aguardando, tá bom. A Sra. Letícia Salomão:- Agora, então, a pergunta é, o meu
226 questionamento agora é se a Câmara aprova essas medidas compensatórias? (Pausa).
227 Como ninguém se manifestou, então estão APROVADAS as dez contas que a Polyana
228 apresentou. E eu queria perguntar se alguém tem alguma manifestação pra fazer em
229 relação à alguma coisa pra gente poder... A Sra. :- Alguma dúvida? A Sra. Letícia
230 Salomão:- Alguma dúvida ou alguma questão pra gente poder terminar a reunião. (Pausa).
231 A Sra. :- Alguém, gente? Não? A Sra. Letícia Salomão:- Bom, então, vou dar por
232 encerrada a reunião de hoje, a nossa terceira reunião ordinária, agradecendo a presença
233 de todos. Muito obrigada. Está encerrada a reunião, às 14h44min. Enquanto Secretária
234 Executiva, menciono o registro da gravação pela Empresa Fantasia LS Sonorização e
235 Degravação, na pessoa jurídica de Laura Ribeiro da Silva MEI, CNPJ 33.130.369/0001-
236 03, bem como informo que participaram da reunião os integrantes da Câmara de
237 Compensação Ambiental: Coordenadora Letícia Salomão - Gerente de Áreas Protegidas;

238 Dra. Ana Paula Liberato - Assessoria Técnica Jurídica; Dahir Elias Fadel - Diretoria
239 Administrativa Financeira; Altamir Juliano Hacke - Diretoria de Licenciamento Outorga;
240 Dani Prim - Diretoria de Gestão Territorial; Danielle Tortato - Diretoria de Saneamento
241 e Recursos Hídricos; e ouvintes: Polyana Silva Pereira - Chefe de Divisão de
242 Compensação Ambiental e Uso Público; e equipe da Divisão: Jonar Johannes Roth, Aline
243 Fonseca, Denner Ribeiro Machado e Schirle Margaret dos Reis Branco, Gerência de
244 Áreas Protegidas e Secretária Executiva da CCA.